

1234



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO

**DECLARAÇÃO DE IMPACTE AMBIENTAL**  
**do PROJECTO "EMPARCELAMENTO DO PERÍMETRO DE FONTÃO E**  
**BERTIANDOS"**

**(ANTEPROJECTO)**

Tendo por base a proposta de Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) relativa ao Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do projecto de "**Emparcelamento do Perímetro de Fontão e Bertíandos**", em fase de Anteprojecto, emito Declaração de Impacte Ambiental (DIA) **favorável** à sua implementação **condicionada**:

Ao cumprimento das condições e termos constantes do Anexo à presente Declaração de Impacte Ambiental (DIA).

A apreciação da conformidade do Projecto de Execução com esta DIA deve ser efectuada pela Autoridade de AIA, previamente à emissão pela entidade competente, da autorização do referido projecto de execução.

Os relatórios de Monitorização devem ser apresentados à Autoridade de AIA, respeitando a estrutura prevista no Anexo V da Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril.

28 de Fevereiro de 2005

O Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do  
Território



(Jorge Moreira da Silva)



Jorge Moreira da Silva  
Secretário de Estado Adjunto  
do Ministro do Ambiente  
e do Ordenamento do Território

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO

## ANEXO À DIA DO PROJECTO DE "EMPARCELAMENTO DO PERÍMETRO FONTÃO E BERTIANDOS"

### MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO, PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO E ELEMENTOS A APRESENTAR EM RECAPE

#### MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

##### Medidas Gerais

- Restringir ao mínimo indispensável a área de estaleiro, local de depósito de materiais e outras infra-estruturas temporárias. Estas não devem afectar as áreas mais sensíveis do ponto de vista ambiental (zonas húmidas, áreas arborizadas, etc.), áreas do Domínio Público Hídrico ou solos com potencial produtivo e agrícola.
- Os locais dos estaleiros, depósitos de terras e outros espaços de apoio à obra na fase de construção devem ser localizados em áreas devidamente afastadas de aglomerados urbanos e que não perturbem a circulação de veículos e pessoas.
  - A rede viária existente deve manter-se livre na fase de construção, permitindo os atravessamentos necessários às actividades quotidianas da população.
  - Toda a área da obra na fase de construção, incluindo estaleiros, depósitos ou outros locais de apoio à obra devem ser, sempre que possível, devidamente vedada.
  - Deve ser instalado um sistema adequado de tratamento de águas residuais, nomeadamente com separação da matéria em suspensão, partículas e hidrocarbonetos.
  - Deve ser efectuado o armazenamento de combustíveis e de óleos, assim como as operações de abastecimento de combustível e manutenção de equipamento em área impermeabilizada e coberta, fora da Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN). Essas áreas devem estar dotadas de um sistema de recolha e tratamento de efluentes.
  - Deve ser providenciado o armazenamento dos resíduos no estaleiro em locais diferenciados, em função da sua tipologia, os quais devem ser delimitados e identificados. Para o caso específico dos óleos usados e outros resíduos perigosos, o seu local de armazenamento deve ser pavimentado e coberto, não podendo ser misturados com resíduos de natureza distinta.
  - Na fase de conclusão da obra e desactivação do estaleiro deve proceder-se à remoção de todo o material excedente e à recuperação paisagística das zonas ocupadas pelo



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO

Jorge Moreira da Silva  
Secretário de Estado Adjunto  
do Ministro do Ambiente  
e do Ordenamento do Território

estaleiro mediante a restituição do coberto vegetal original e a reposição da morfologia dos terrenos.

### Medidas Específicas

#### Recursos Hídricos

9. Dado o Perímetro se localizar junto ao rio Lima, e tendo em conta a sua dinâmica fluvial, considera-se que o limite de intervenção do Perímetro deve ser definido de forma a salvaguardar as margens em toda a sua extensão.
10. Nas valas de drenagem deverá ser previsto o adoçamento da crista do talude de molde a promover uma maior estabilidade e ser mais fácil a instalação da vegetação.
11. A instalação de novos caminhos e/ou reabilitação dos existentes deve ser efectuada assegurando que todas as linhas de água atravessadas sejam devidamente restabelecidas, evitando o efeito barreira induzido pela rede viária que aumenta o potencial risco de inundação.
12. Na acção de limpeza dos cursos de água, deverá privilegiar-se acções que mantenham a presença da vegetação ripária, nomeadamente na zona mais afectada às oscilações de água, quer pelo seu efeito em termos de estabilidade, quer devido ao seu efeito no aumento da diversidade biológica.
13. Nas acções de limpeza as espécies características da galeria ripícola devem ser preservadas devendo apenas serem removidos do leito as espécies que são indutoras de redução da componente hidráulica.
14. As terras sobrantes não devem ser armazenadas a menos de 50 metros das linhas de água e valas de drenagem, devendo evitar-se as zonas de cheia.

#### Solos e Aptidão da Terra

15. O excesso de terras resultantes da abertura das valas de drenagem deve ser colocado em depósitos localizadas em zonas planas, com taludes de declive superior a 2H:1V, sendo que a sua altura não poderá exceder os 2 metros.
16. Nas zonas agrícolas mais compactadas pela maquinaria afectada à obra, deve proceder-se à escarificação do terreno ou outra operação, de modo a restabelecerem-se as áreas de infiltração.



Jorge Moreira da Silva  
Secretário de Estado Adjunto  
do Ministério do Ambiente  
e do Ordenamento do Território

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO

17. As camadas de solo arável resultantes de decapagens devem ser armazenadas em pargas, em local não conflituante com as obras e com as zonas de maior sensibilidade ecológica, e ser distribuídas em locais onde se verifique a sua necessidade.

#### Sistemas Ecológicos

18. Preservação, recuperação e valorização das galerias ripícolas existentes, com particular atenção às do rio Lima, rio Estorãos e vala VI, ribeira da Silvareira e respectivos afluentes, e linha de água VII.
19. Erradicação de todos os indivíduos (identificados dentro do Perímetro) de espécies não indígenas com comportamento invasor (conforme D.L. n.º 565/99, de 21 de Dezembro), designadamente, mimosa (*Acacia dealbata*), austrália (*Acacia melanoxylon*), acácia-da-folha-longa (*Acacia longifolia*), e erva-da-fortuna (*Tradescantia fluminensis*).
20. Implementação de módulos de plantação ao longo das novas valas a construir e em todos os locais onde a vegetação marginal tiver sido removida devido às obras de limpeza/desobstrução de valas. Estes módulos de plantação devem ser constituídos por espécies ripícolas de acordo com a Figura apresentada neste documento.
21. A medida anterior deve ser estendida a todas as áreas onde se proceder ao arranque da vegetação não indígena, bem como às margens das linhas de água e valas de drenagem (quando tecnicamente for possível) onde não exista qualquer vegetação arbórea e arbustiva, incluindo a execução de medidas de estabilização das margens.
22. As espécies a utilizar em todas as acções de recuperação/valorização das galerias ripícolas existentes e na implementação de novos módulos de plantação serão, obrigatoriamente, pertencentes ao elenco das espécies autóctones nesta região, nomeadamente, tendo por referência a vegetação potencial identificada. Do elenco proposto no EIA terão que ser retiradas, por não respeitarem aquela condição, o loendro (*Nerium oleander*), o aderno (*Phillyrea latifolia*) e o folhado (*Viburnum tinus*).
23. Intervenção para estabilização das margens do rio Estorãos e reforço da galeria ripícola, cuja necessidade resulta do facto de ocorrerem desabamentos frequentes de terrenos limítrofes. A zona a intervencionar será de 500 metros, junto da foz.

#### Sócioeconomia, Infra-estruturas e Acessibilidades

24. Para além da execução dos trabalhos, que deve ser realizada no menor intervalo de tempo possível, a sua calendarização deve contemplar a minimização da perturbação das actividades agrícolas e florestais e a deterioração das características do solo.



Jorge Moreira da Silva  
Secretário de Estado Adjunto  
do Ministro do Ambiente

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO do Ordenamento do Território

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO

Neste sentido, o melhor período para a execução das obras será depois da época das colheitas e das vindimas.

25. Deve ser elaborado um programa de intervenções nos caminhos, de modo a que estejam sempre garantidos os acessos aos principais núcleos urbanos na envolvente do perímetro, e que não estejam impedidos os caminhos de acesso aos prédios rústicos por períodos de tempo muito prolongados.

#### **Arqueologia e Património Edificado**

##### **26. Medida Geral**

Acompanhamento arqueológico durante as fases de instalação do estaleiro, de corte de vegetação rasteira e de revolvimento de solos. Deve ainda proceder-se à prospecção arqueológica sistemática após a desmatagem das áreas de estaleiros, áreas de empréstimo, áreas de depósito de materiais e outras áreas funcionais da obra que não tenham sido prospectadas nesta fase de avaliação.

##### **27. Medidas Específicas**

- Ocorrência patrimonial n.º 4 (Lagar) - vedação durante a fase de construção;
- Ocorrências patrimoniais n.º 8 (Ponte), 10 (Ponte), 29 (Ponte) e 33 (Ponte) - vedação durante a fase de construção;
- Ocorrência patrimonial n.º 9 (Calçada) - realização de uma memória descritiva que inclua o seu registo fotográfico e desenho técnico;
- Ocorrências patrimoniais n.º 25 (Achados de superfície), 28 (Achados de superfície) e 40 (Achados de superfície) atenção redobrada durante o acompanhamento arqueológico das acções que envolvam revolvimento de solo;
- Ocorrências patrimoniais n.º 24, 35, 36, 37 e 38 (marcos) - registo fotográfico, cartográfico e posterior deslocação para local adequado caso não esteja garantida a sua integridade.

#### **Paisagem**

28. Implementar um Plano de Recuperação Paisagista de todos os locais a intervencionar. Este plano deve ainda contemplar a posterior plantação e diversificação da galeria ripícola, de acordo com a Figura apresentada neste documento.
29. A plantação das valas de drenagem deve ser equacionada em função da sua hierarquização e também em função da dimensão da parcela agrícola, podendo em algumas situações, os módulos de plantação propostos serem alterados, plantando-se



Jorge Moreira da Silva  
Secretário de Estado Adjunto  
de Ministro do Ambiente  
e do Ordenamento do Território

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO

apenas uma fiada de marmeleiros ou de vinha em latada ou de enforcado. Estas medidas deverão ser detalhadas no RECAPE.

30. Salvar, o mais possível, a vegetação arbóreo-arbustiva existente ao longo das valas e margens dos cursos de água. A limpeza das valas de drenagem e linhas de água deverá ser executada cuidadosamente, utilizando meios técnicos adequados. A intervenção deverá ser executada a partir da margem menos preservada, em termos de vegetação, e utilizando sempre que possível, zonas mais degradadas como locais preferenciais de acesso ao leito das linhas de água.
31. Salvar, o mais possível, a vegetação existente ao longo das estradas e caminhos. Nos casos em que os caminhos sofram alargamento deve ser executado esse alargamento apenas num dos lados, de forma a proteger a vegetação do lado oposto.
32. A vinha de bordadura deve ser preservada, sempre que possível, nas áreas onde ainda se encontra bem conservada, devido ao seu valor em termos da fisionomia da paisagem e como valor sociocultural dos sistemas agrícolas, da região.
33. A plantação da vinha em latada e enforcado, desde que viável, deverá ser promovida no limite das novas parcelas, ao longo de algumas valas de drenagem e dos caminhos, constituindo assim um elemento de compartimentação e diversificação da paisagem.

#### PLANOS DE MONITORIZAÇÃO

34. Implementar um programa de monitorização dos Recursos Hídricos (superficiais e subterrâneas) que tenha em conta os usos existentes, que compreenda a monitorização da água a utilizar na rega e a monitorização das escorrências geradas na área regada.

O programa de monitorização deverá ser aplicado nas seguintes fases:

- na fase anterior à construção;
- na fase de construção;
- na fase de exploração.



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO

Jorge Moreira da Silva  
Secretário de Estado Adjunto  
do Ministro do Ambiente  
e do Ordenamento do Território

Parâmetros a Monitorizar:

pH	Fosfatos
Sólidos em suspensão totais	Pesticidas
CBO <sub>5</sub>	Azoto total
Oxigénio Dissolvido	Fósforo total
Condutividade	Coliformes totais
Azoto amoniacal	Coliformes fecais
Azoto kjeldahl	Sódio
Nitratos	Hidrocarbonetos totais
Nitritos	

Locais de amostragem:

As amostras devem ser colhidas no rio Lima, num ponto imediatamente a montante do limite do perímetro de emparcelamento e noutra ponto imediatamente a jusante do limite do perímetro de emparcelamento.

Devem ainda ser colhidas amostras em três furos, dois dentro do perímetro e outro fora da sua área de influência.

Dentro do perímetro deverão ser seleccionados dois furos localizados em áreas com diferente utilização do solo.

Frequência de amostragem na fase exploração:

A frequência de amostragem terá que contemplar as diferentes fases da actividade agrícola. Deverão ser realizadas duas amostras nos seguintes meses:

Início de Março;

Maio;

Julho;

Outubro.



Jorge Moreira da Silva  
Secretário de Estado Adjunto  
do Ministro do Ambiente  
e do Ordenamento do Território

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO

O plano de monitorização dos recursos hídricos poderá ser revisto, quer na sequência dos resultados da monitorização, quer de estudos a desenvolver, bem como de legislação específica que nesta área que imponham novas metodologias e critérios.

A metodologia e protocolo metodológico do mesmo deve ser apresentado no RECAPE.

**OUTROS ELEMENTOS A APRESENTAR EM RECAPE**

35. Projecto de requalificação do rio Lima que compreenda a estabilização de ambas as margens, recorrendo preferencialmente a técnicas não estruturais e que se promova o adensamento da galeria ripícola. Salienta-se que este projecto deverá ser desenvolvido de forma conjunta contemplando o troço do rio relativo ao Projecto de Emparcelamento do Perímetro Fontão e Bertlandos (em análise neste parecer) com o Projecto Emparcelamento do Perímetro de Correlhã e Vitorino das Donas.
36. Projecto de requalificação do rio Estorãos e ribeira de Muragalhos, que compreenda a estabilização das margens, recorrendo preferencialmente a técnicas não estruturais e que se promova o adensamento da galeria ripícola.
37. Localização dos locais de depósito dos materiais sobrantes. Esta informação deve ser complementada pela apresentação dos percursos a utilizar e por uma carta de condicionantes ambientais que inclua a informação relativa às restrições e condicionalismos impostos ao uso do solo. Assim, devem ser solicitadas orientações às entidades locais e regionais, por forma a identificar e definir os melhores locais possíveis nas proximidades da área em estudo.
38. Apresentação de todas as peças escritas e desenhadas necessárias para proceder à execução e verificação de todas as medidas expostas relativamente aos Sistemas Ecológicos.

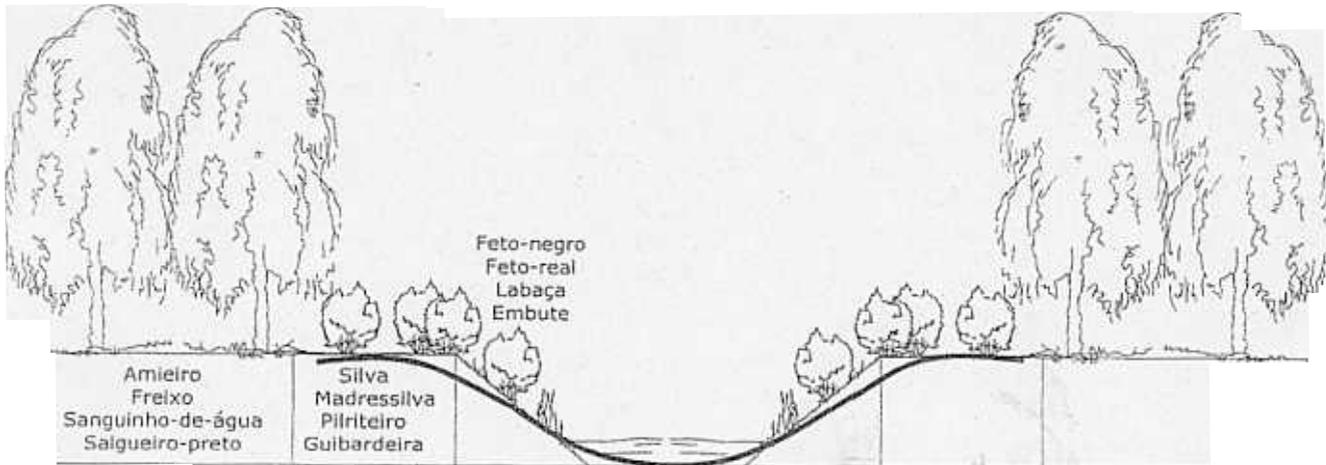


MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO

Jorge Moreira da Silva  
Secretário de Estado Adjunto  
do Ministro do Ambiente  
e do Ordenamento do Território

### Corte tipo 1 – Cursos de água



### Corte tipo 2 – Valas



#### Legenda

- Proposto no EIA
- Proposto pela CA

#### Nota

Os módulos a plantar deverão ser adaptados ao tipo de valas de modo a minimizar a ocupação do espaço.